

## **GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

### **Resolução Nº 117/1993 de 4 de Novembro**

**de 4 de Novembro**

Considerando que a política de habitação definida pelo Governo visa promover a cedência de terrenos infraestruturais, para a construção de habitação social, nomeadamente, a cooperativas;

Considerando que a UGTIMAÇORES - Cooperativa de Habitação, CRL, se candidatou à cedência de lotes infraestruturais, a fim de promover a construção de habitação de custos controlados para os seus associados;

Considerando, ainda, que as carências habitacionais, na cidade de Ponta Delgada, justificam a cedência dos terrenos necessários à implementação do programa habitacional daquela cooperativa

Assim, no uso da faculdade de administrar e dispor do património regional, bem como de conceder às cooperativas de habitação apoios em espécie, que lhe são conferidas, respectivamente, pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores e pelo n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 19/82/A, de 18 de Agosto, o Governo resolve:

- 1 -Autorizar as Secretarias Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a ceder, em propriedade plena e a título gratuito, à UGTIMAÇORES - Cooperativa de Habitação, CRL, nove lotes de terreno, que fazem parte integrante da Urbanização das Laranjeiras, na freguesia de São Pedro, do concelho de Ponta Delgada, com as seguintes áreas:

Lote n.º 103-A ..... com a área de 263,30 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 103-B ..... com a área de 234,00 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 112-B ..... com a área de 253,80 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 113 ..... com a área de 219,60 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 114-A ..... com a área de 287,20 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 114-B ..... com a área de 219,60 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 118-A ..... com a área de 267,30 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 118-C ..... com a área de 308,10 m<sup>2</sup>.

Lote n.º 119-A ..... com a área de 430,70 m<sup>2</sup>.

- 2 -A cessão, ora autorizada, fica sujeita à observância das seguintes condições:

- 2.1. -Os referidos lotes de terreno destinam-se, exclusivamente, à implantação de fogos a promover pela cessionária, para habitação própria e permanente dos respectivos associados, revertendo para a Região Autónoma dos Açores a propriedade dos mesmos, por despacho conjunto dos Secretário Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, se lhes for dada aplicação diversa daquela para que foram cedidos;

- 2.2. -A cooperativa cessionária terá de iniciar e concluir a construção dos fogos nos prazos máximos, respectivamente, de um e quatro anos, a contar da data do auto de cessão, os quais só poderão ser prorrogados por despacho do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em casos de força maior, sob pena de reversão dos lotes de terreno à titularidade da Região Autónoma dos Açores, sem que possa ser exigida a restituição de mais de 30% das importâncias que tenham sido dispendidas com as edificações, benfeitorias ou qualquer outra indemnização.

- 2.3 -A transmissão dos diversos fogos é feita aos associados da cooperativa cessionária que cumpram os seguintes requisitos:

- a) Não ter o cooperante, nem qualquer outro elemento do seu agregado familiar, beneficiado já de apoio aos programas de construção ou aquisição de casa própria ou de habitação degradada;
- b) Não possuir o associado, nem qualquer outro elemento do agregado familiar, prédios rústicos, urbanos ou urbanizáveis, salvo se se provar que os mesmos são da única fonte de rendimento do agregado;
- c) Auferir o agregado familiar rendimentos médios mensais cujo somatório seja igual ou inferior a nove salários mínimos nacionais.

2.4. -Nas escrituras de transmissão, a que se refere o número anterior, devem constar obrigatoriamente, as seguintes cláusulas:

- a) A habitação objecto do presente contrato é inalienável durante os cinco anos subsequentes à aquisição, salvo para execução das dívidas de que seja garantia o próprio imóvel;
- b) O ónus de inalienabilidade a que se refere a cláusula anterior está sujeita a registo e cessa, automaticamente, ocorrendo morte ou invalidez permanente e absoluta do associado ou do seu cônjuge;
- c) A habitação destinar-se-á, exclusivamente, a residência própria e permanente dos cooperantes, sob pena de estes se verem coagidos a reembolsar a Região Autónoma dos Açores do dobro do diferencial entre a importância bonificada paga pelo fogo e o valor real do mesmo, à data da aquisição, acrescido da taxa de juro de desconto do Banco de Portugal.

2.5. -As segundas transmissões são feitas, apenas, a associados da cooperativa, que satisfaçam, cumulativamente, os requisitos a que alude o ponto 2.3..

3 -O auto de cessão a celebrar constitui título bastante para a realização dos necessários registos.

4 -Delegar poderes nos directores regionais do orçamento e Tesouro e da Habitação, para representarem a Região Autónoma dos Açores na outorga do auto a que se refere o número anterior.

Aprovada em Conselho, Horta, 20 de Outubro de 1993.- O Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral.